

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser textual,
com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DESTE CAPÍTULO:

MONTEIRO, Sócrates da Costa. Depoimento. In:
MILITARES e política na Nova República/ Organizadores
Celso Castro e Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed.
Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 145-169.

Disponibilizado em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

Informações sobre a entrevista:

http://www.cpdoc.fgv.br/historal/asp/idx_ho_ce_popce.asp?cd_ent=885

SÓCRATES DA COSTA MONTEIRO

NASCEU EM 1930, no Rio de Janeiro. Coursou a Escola de Aeronáutica, hoje Academia da Força Aérea, entre 1948 e 1951. Atuou como piloto de caça durante cerca de 10 anos, sendo depois transferido para a aviação de transporte. Trabalhou, durante vários anos, no Correio Aéreo Nacional. Serviu na antiga Diretoria de Rotas entre 1967 e 1970, indo em seguida fazer o curso de Estado-Maior. Atuou sete meses como observador na missão de paz da Organização dos Estados Americanos enviada para a fronteira entre Honduras e El Salvador, após a chamada “Guerra do Futebol”. Entre 1971 e 1975, foi chefe do Serviço de Proteção ao Vôo, no Rio de Janeiro e, em 1976, fez o Curso Superior de Comando, permanecendo como instrutor em 1977. De 1978 a 1980, foi comandante do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta), em Brasília. Promovido a brigadeiro em 1980, voltou para o Rio de Janeiro como subdiretor de operações da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo. Em 1982, foi designado adido aeronáutico em Washington, de onde retornou em 1984. Assumiu o comando do 7º Comando Aéreo Regional, com sede em Manaus e, em 1986, o Comando Aéreo de São Paulo, onde ficou até o início de 1988. Foi, em seguida, vice-chefe do Estado-Maior da Aeronáutica. Em março de 1989, promovido a tenente-brigadeiro, tornou-se comandante-geral do Ar, função que exerceu até assumir o Ministério da Aeronáutica, durante o governo Fernando Collor. Após o *impeachment* de Collor, foi conselheiro militar junto à missão da ONU, em Genebra, onde permaneceu por três anos.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D’Araujo em quatro sessões realizadas no Rio de Janeiro entre 8 e 29 de maio de 1998.

A sucessão presidencial de 1984 gerou uma divisão no alto comando da Aeronáutica, em função da atuação do ministro Délio. Como o sr. acompanhou esse processo?

Nessa época, eu ainda não fazia parte do alto comando, não era tenente-brigadeiro. No grupo que cercava o ministro Délio, a candidatura do Maluf encontrou receptividade. Às vezes, essas pessoas empurravam o ministro Délio, que era um homem aberto, bonachão, em direções que nem sempre eram boas. Naquele episódio de Salvador, em setembro de 1984, sei que o ministro Délio tinha dois pronunciamentos: um médio e um quente. Não tenho detalhes de qual foi o fator que o levou, no momento, a escolher o quente. O quente era a agressão ao Antônio Carlos. Aquilo foi terrível. Esse fato nos cobriu, a todos, de angústia, porque foi uma briga infeliz, uma provocação de graça com o “Malvadeza”, um homem que não é mole nas respostas. Foi uma avaliação incorreta da conjuntura. Mas, como era um assunto da área política, e o ministro Délio era muito político, absorveu rápido: levou e deu. Ele não perdia o sono por causa disso. Mas a gente não gostava de ver o ministro acuado daquela forma.

Depois, surgiu o episódio das fotos do Moreira Lima na *Veja*. O ministro Moreira Lima é um homem de uma pureza absoluta, não tem maldade. Uma voz de trombone, enorme, e um coração desse tamanho! E os repórteres pediram um fotografia dele na mesa de trabalho. Ele ficou diante da mesa, em pé, e por trás, aquele quadro que é praxe nas salas de comando: o presidente da República e o ministro. Mas, aí, alguém palpitou: “Mas o sr. vai sair junto do retrato do presidente e do ministro, quando se está discutindo uma nova administração?” Ele, virou-se, meteu a mão nos retratos, botou o Santos Dumont e o Eduardo Gomes no lugar, e o repórter tirou uma seqüência de fotografias. Não foi um evento significativo, mas foi uma festa para os repórteres e gerou um princípio de crise política. Houve ameaça de punição. Moreira Lima procurou o Tancredo Neves para colocar o cargo à disposição, antes mesmo de assumir, e Tancredo disse: “Negativo! Está escolhido, e pronto”. E ficou por isso mesmo. Foi um desses eventos de tragicomédia do cenário político brasileiro.

Como o sr. acha que, na Força Aérea, a maior parte da oficialidade acompanhava esse final de abertura? Não havia algum núcleo de reação à transição?

Não, ao contrário. No Exército, na Marinha e na Aeronáutica, havia uma ansiedade pela transição. Era um sentimento legítimo, forte; a gente sabia que aquele caminho não era bom, que se tinha que buscar um ou-

tro. É aquele ditado: “nas ditaduras, o perigo não é o ditador; é o guarda da esquina”. A gente aprende isso. Não se deve confundir democracia com bagunça, mas a “fechadura” também não resolve o problema.

Mas aí entra também aquilo que botou 100 mil pessoas na rua no 31 de março de 1964 — que, hoje, não se fala mais. O mesmo espírito que botou aquele povão nas ruas em 1964, botou o povão querendo as diretas. A força armada brasileira é povão. Nós não representamos casta, nem por origem nem por formação. Nós não somos educados, ao longo da carreira, como uma elite especial.

A imagem internacional do Brasil, durante o governo Figueiredo, estava desgastada, não?

Os brasileiros são tão incomodados com a imagem da ditadura, que até a nossa ditadura é democrática. Nós trocamos de general, a cada cinco anos, e sugerimos ao Congresso aprovar a indicação do general. Se você observar a história brasileira, qualquer ditador que tem a pretensão de ficar é o civil, mais que o militar. Aliás, a única ditadura que nós tivemos foi a de Vargas, que era um civil. Eu não chamo o regime militar de ditadura, chamo “militares no poder”. Se você observar, todos eles tiveram períodos certinhos, porque a imagem da ditadura incomodava. Vá lá que se tivesse ditadura, mas era uma ditadura sem ditadores. Então, essa busca do sistema democrático, da abertura transparente do governo, sempre foi uma espécie de angústia para os oficiais brasileiros. Agora, não gostamos de bagunça. Quando vejo no jornal, como vi hoje, a CUT e o MST orientando e dirigindo saque a supermercado, esse negócio me dá engulhos. Porque, pelo fato de a gente andar pelo mundo, a gente vê que quanto mais desenvolvido o país, mais forte é o sentimento de preservação da ordem.

Nesse momento de transição, havia também medo, por parte dos militares, de ocorrer um “revanchismo”.

Não havia essa preocupação. Primeiro, porque nós sabemos que as Forças Armadas, junto com a Igreja, ainda são as duas instituições de maior credibilidade popular. Posso estar errado, mas acredito nisso. As pesquisas mostram que as Forças Armadas ainda têm o respeito, a credibilidade da população. Talvez por isso a gente não tivesse essa preocupação com o revanchismo. Sabíamos que devia existir. Não imaginávamos que fosse tão longe, nem tão escancarado, mas sabíamos que ia acontecer.

Veja, fiz parte de um governo que viveu um processo de decapitação política de um presidente eleito, sem que nenhum militar se arvorasse, em qualquer momento, a tolher esse processo. Nós, os três ministros, exprimíamos realmente a vontade das Forças Armadas. Disse que as Forças Armadas ansiavam por um regime de abertura, de liberdade, e nós, como ministros, representamos, naquele momento, exatamente essa aspiração. Porque, se não fosse assim, haveria pronunciamentos, cartas e atos de indisciplina, como a gente cansou de ver, anos atrás, com Aragarças, com Jacareacanga, com aquelas coisas que os militares são mestres em fazer. Ninguém das Forças Armadas levantou uma palha contra o processo de decapitação política do presidente, porque nós sabíamos que havia indícios fortes de que, se ele não fosse culpado, inocente também não mostrava ser. Então, o processo político tinha que ter andamento porque era legal; nós tínhamos que respeitar a lei.

Como os militares acompanharam o processo da Constituinte?

A Constituinte foi acompanhada pelos ministérios militares com muita atenção, muito carinho. Isso ocorreu durante a administração do brigadeiro Moreira Lima, como ministro da Aeronáutica, que indicou alguns oficiais junto a um grupo de assessores militares. Esse grupo era coordenado pelo Emfa, de maneira que não eram assessorias individuais, prestadas à Constituinte. Era um grupo de assessores militares que, coordenados pelo Emfa, discutiam tópicos da Constituição que diziam respeito à organização, à estrutura, à regulamentação militar.

Esse grupo sugeria, acompanhava e informava para que tivéssemos a visão geral do que ocorria. Acho que corríamos um risco grande, se fizessem uma Constituição a partir do zero. Isso era um sentimento freqüente no círculo superior das Forças Armadas. Historicamente, por prudência, por sabedoria, até por exemplo de outros países, o normal seria usar da experiência anterior aqueles artigos que se mostrassem adequados à aspiração da sociedade brasileira. Nós não tínhamos nada contra a Constituinte. Apenas, o trabalho da Constituinte nos parecia numa direção algo quimérica, algo utópica, arriscada. Como, aliás, o tempo veio a provar.

Era uma heresia, segundo o julgamento de algumas pessoas, e eu me incluo entre elas, eleger uma Constituinte que seria encarregada de redigir uma nova Constituição e, depois, esse mesmo corpo se transformar, por um golpe de mágica, em Poder Legislativo. Isso, evidentemente, forçava a inclusão de uma série de aspectos corporativos e protecionistas no texto legal, de difícil modificação posterior. Então, muita gente achava — e eu também — que o ideal seria termos uma Constituinte pura e que,

feita a Constituição, elegêssemos, então, um Congresso, dentro da nova Constituição. Essa era uma opinião comum, nos meios militares, embora não absoluta, nem oficial. Era uma posição, vamos dizer, coletiva, a partir de sentimentos individuais.

Nós acompanhávamos essa evolução com uma certa preocupação e procuramos dar toda a assessoria — e é preciso fazer justiça, dizendo que nossa assessoria foi muitíssimo bem acatada, dentro do Congresso. Nós não tivemos aspectos que tivessem despertado, em setores do Congresso, uma reação corporativa contra as Forças Armadas. Não notamos nenhum sentimento de, vamos dizer, preconceito contra aspectos que colocávamos para constar do texto constitucional, porque se julgava que tínhamos experiência. Mas, posteriormente, viemos a perceber — nós e a nação inteira — que certos aspectos do texto constitucional não atendiam, realmente, àquilo que a nação precisava, e a gente está lutando até hoje para fazer as reformas, as mudanças, embora de uma maneira atropelada. Mas é uma busca permanente do melhor regulamento nacional para gerir a vida da sociedade.

Quem foram os principais assessores militares da Aeronáutica durante a Constituinte?

Não tenho todos os nomes aqui, mas sei que o brigadeiro Pavan e o brigadeiro Elislande participaram e sei que a comissão se relacionava muito bem com diferentes setores e com todos os partidos, dentro do Congresso. Não me chegou ao conhecimento nenhuma reação corporativa de um partido contra nossa presença ou nossas sugestões.

Não era mais difícil nem com os partidos de esquerda?

Não, nós tínhamos um diálogo educado com uma série de elementos da oposição: o deputado Plínio de Arruda Sampaio, o deputado José Genoíno... Eram homens de uma esquerda que, naquele momento inicial de eleição do Congresso, era considerada uma esquerda radical, mas que já era *soft*. Eles sempre tiveram a consideração de ouvir, questionar, discutir nossos argumentos.

Acho que todos aprendemos com o tempo. Não me envergonho de reafirmar que ninguém ansiava mais do que nós, das Forças Armadas, por um Estado constitucional democrático. Não estou falando em nome de todos, é claro. Podia haver elementos que, por estarem no poder, não quisessem sair, ou outros que acreditam mais na imposição da ordem pela força. Mas o sentimento generalizado dentro das Forças Armadas não era esse.

Senti isso muito vivo, porque fui dos primeiros ministros militares empossados no período da nova Constituição, promulgada em 1988. Assumimos conscientes de que o melhor para o país era um Estado de direito, com base constitucional democrática. Isso era assim ontem; isso é assim hoje — as Forças Armadas acham isso. Por quanto tempo vamos achar isso, não sei. Espero que não mude, embora muita gente no país tente fazer com que mudemos: os saques, provocação totalmente fora da lei, a dificuldade que o governo tem, por uma série de razões, de lidar com essas agressões ao Estado de direito, isso faz com que muita gente sinta saudade de um tempo em que era mais fácil coibir esse tipo de desordem. Mas não muda o espírito, dentro das Forças Armadas, de que a melhor coisa para o país é caminhar num Estado constitucional de direito democrático.

E a discussão sobre parlamentarismo ou presidencialismo? Os militares eram, em sua maioria, a favor do presidencialismo?

Não. Há inclusive um testemunho público meu. Fui entrevistado pela Marília Gabriela, naquele programa *Cara a cara*. No final, ela me perguntou: “Ministro, parlamentarismo ou presidencialismo?” Eu disse: “Parlamentarismo”. Eu pensava assim, penso assim. Acho que a tradição da cultura brasileira não facilita a implantação do regime parlamentarista entre nós, mas, dos tipos de regimes disponíveis no mundo, o parlamentarismo me parece o mais facilmente ajustável. Então, por isso, tenho a preferência — eu e muita gente dentro das Forças Armadas — pelo regime parlamentarista, sem esquecer os defeitos que todos os parlamentos têm.

Que outros pontos eram mais importantes, para os militares, na Constituição?

Por exemplo, havia um sentimento em alguns segmentos políticos do país de que na missão das Forças Armadas não constasse a de manter a ordem interna. As Forças Armadas teriam apenas a missão de defesa do território contra o inimigo externo. Nós defendíamos que o Estado precisava ter a capacidade de se defender dentro e fora. Então, chegamos a uma posição negociada, que é a que consta no texto constitucional: as Forças Armadas são, também, encarregadas da manutenção da lei e da ordem, desde que convocadas por um dos poderes constitucionais.

Sarney não interferiu em questões militares. Talvez não tivesse muita certeza de como os militares se comportariam se ele quisesse efetivamente agir como chefe.

O governo Sarney foi de transição. Primeiro, porque ele era presidente da Arena e virou vice-presidente da República pelo PMDB, o que já

o enfraquecia politicamente. Segundo, pelo seu perfil pessoal. Ele é um homem pacífico, não é um brigador. E os ministros militares ainda estavam muito fortes, porque foram os coonestadores de sua posse na presidência. O ministro Leonidas, especificamente, tinha uma posição muito forte. Os ministros Moreira Lima e Sabóia, também. Eram personalidades que tinham, além da capacidade de manobra no cenário político, uma liberdade financeira que depois foi contida com a Constituição. Esses ministros militares foram os últimos titãs de uma época de predomínio militar no cenário brasileiro.

Como se deu o convite para o sr. ser ministro?

Acho que a cogitação de minha designação para ministro nasceu em 1984, seis anos antes. Vou explicar. Em 1984, terminei meu período como adido, em Washington. É praxe, quando se termina uma função de dois anos no exterior, que a gente tenha 30 dias de férias, antes de regressar ao Brasil. Quis então ir ao Oriente Médio, com a minha mulher. Fui para Egito, Turquia, Israel e Grécia. No Egito, encontrei-me com o embaixador do Brasil, Marcos Coimbra. Eu levava uma encomenda para ele, de um amigo dele, de Washington. Ele estava oferecendo, naquela noite, uma recepção, na embaixada, para uma série de autoridades egípcias e, sabendo que eu estava ali de passagem, me convidou. Tivemos uma noite muito agradável, conversamos muito.

Cinco anos depois, em 1989, recebi um telefonema do brigadeiro Alcyr Rebelo, que tinha sido meu chefe do Estado-Maior em Manaus e em São Paulo e que seria meu chefe de gabinete, quando ministro. O brigadeiro Rebelo era o adido em Washington e no Canadá. Me ligou e disse: “Fui ao Canadá, falei com o embaixador brasileiro, Marcos Coimbra, que perguntou por você”. Alguns meses depois, o brigadeiro Rebelo me ligou, de Washington: “Recebi um telefonema do Marcos Coimbra — que não estava mais no Canadá, estava na Grécia — dizendo que quer falar com você porque ele está se licenciando da função, está indo para o Brasil, para coordenar a campanha do cunhado à presidência”. Uns 15 dias depois, recebi um telefonema do embaixador Marcos Coimbra: “Sócrates, o governador Collor quer conhecê-lo, conversar sobre a Aeronáutica”. O Collor tinha, na ocasião, 4% da preferência de voto nas pesquisas. Tivemos um encontro de duas horas e meia e ele me perguntou sobre a força. Disse o que fazia, qual era a missão, as aspirações etc. Ele simplesmente disse: “Muito obrigado, espero revê-lo nos próximos cinco anos”, quando se despediu de mim. Eu ainda pensei: o governador se enganou, ele quer dizer nos próximos cinco meses. Procurei o ministro

Moreira Lima em seguida e dei satisfação a ele dessa conversa. E não se falou mais no assunto.

Fui surpreendido, no dia 17 de janeiro de 1990, Collor já eleito, quando, às oito horas da manhã, tocou o telefone. Era o ministro Moreira Lima: “Sócrates, meus parabéns. Recebi um telefonema do presidente Collor. Ele escolheu você para ministro. Quer se encontrar com você hoje, às quatro horas da tarde, no Bolo de Noiva. Pede para não dizermos nada até que se faça o anúncio oficial”.

Sei que o presidente também conversou com o ministro Moreira Lima, que lhe levou uma lista de três nomes: o Seixas, eu e o Murilo, que era o seu chefe de gabinete. Nessa ordem, ordem de antiguidade. Nunca tive engajamento político, não tenho ligação com partido político, não tenho ascendência política. De maneira que atribuo a minha nomeação, exclusivamente, ao meu progresso profissional.

O sr. entrou numa bela encrenca, não foi?

Foi, mas devo dizer que, quando saí do governo, tive o prazer de ver toda a imprensa mundial ressaltando o papel dos três chefes militares brasileiros naquela conjuntura. Vivi dias de angústia. Aquilo machucava a gente. A mim, principalmente. Eu reagia, dizia: tem que respeitar o presidente. A gente põe na cadeia, se necessário. Mas, enquanto for presidente, tem que respeitar. E a imprensa caía em cima de mim. Acho que se o presidente não serve, a gente tira. Mas, enquanto for presidente, sua imagem deve ser preservada.

Na minha avaliação, a eleição do presidente Collor obedeceu a uma ânsia da nação por reformas. Foi o mesmo tipo de movimento que elegeu Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek. A todos aqueles que se apresentaram como elementos que propagavam a necessidade da reforma do Estado brasileiro, a população respondeu dando seu voto. Era o homem que tinha como proposta de governo matar a inflação com um tiro, acabar com os marajás. Em suma, um discurso que corre mundo e que, se for bem pronunciado hoje, vai, de novo, levantar massas. Parte desse discurso é o que está garantindo, na minha avaliação, a popularidade do presidente atual. A estabilidade da moeda é uma coisa que “faz a cabeça” do país. O Collor foi uma proposta de reforma. E parte dos conceitos que trouxe terminaram sendo implementados. O problema da indústria automobilística, para mim, é bem claro. Tínhamos um país de 150 milhões de habitantes nas mãos de quatro multinacionais, com o mercado fechado, à disposição delas. Elas geravam 40 mil empregos, mas o carro que produ-

ziam era atrasado, grotesco, caro. E se isso mudou é porque o primeiro berro foi dado naquela ocasião.

Desde o início, o governo Collor foi ousado, polêmico. As autoridades militares se reuniam para discutir a crise que logo se instalou?

Sim, com uma frequência absolutamente anormal. Na minha casa, na casa do ministro Flores, na casa do ministro Tinoco, no meu gabinete, no gabinete do ministro Tinoco, no gabinete do ministro Flores. Nós nos reuníamos com uma frequência muito grande, exatamente para que nenhum de nós fosse surpreendido com pronunciamentos ou ações dos outros. Às vezes, eram discussões acaloradas, na busca, sempre, de conhecer intimamente o pensamento que o outro companheiro estava desenvolvendo naquele momento.

Só os três, ou mais alguém?

Normalmente, nós chamávamos o chefe do Emfa, o general Jonas e, depois, o general Veneu. Às vezes, só os três ministros militares. O Emfa, na realidade, não tem força — quem tem força são os três ministérios militares —, mas nós os chamávamos por uma questão de deferência. A presença deles, de alguma forma, atingia a autonomia do ministro do Exército, porque o chefe do Emfa não era subordinado ao ministro, e sim ao presidente da República. Então, quando a coisa era muito quente, a gente reunia só os três. E fazíamos isso com muita frequência. Era só telefonar.

O sr. disse que havia discussões acaloradas. Quais as divergências, quais as convergências?

Nós discutíamos, basicamente, dois tipos de questões: a política e a militar. A questão militar, porque a nova estrutura constitucional, com a criação dos controles financeiros, tolheu muito a ação de todos os ministérios militares. A criação de um sistema de controle financeiro, através do Siafi, gerou a obrigatoriedade de que qualquer recurso não-orçamentário fosse orçamentado e aprovado pelo Congresso. Levava algum tempo para que a máquina burocrática dos ministérios se ajustasse a esse processo. Num sistema inflacionário como o que a gente vivia, o orçamento era uma peça de retórica. Então, os recursos extra-orçamentários, as verbas suplementares, eram muito frequentes. No passado, antes de 1988, o presidente tinha a prerrogativa de usar um recurso ou um fundo, e, quando o presidente autorizava, o Ministério da Fazenda não tinha

mais poder de controle: o recurso era repassado. Depois de 1988, as verbas extra-orçamentárias eram obrigatoriamente enviadas ao Congresso e ali aprovadas. Nós tínhamos sempre dificuldades para fazer programação orçamentária de fardamento, alimentação. O sistema militar exige a permanência no quartel, não é como num departamento civil, que fecha às 17h, todo o mundo vai embora. Num quartel, sempre há um conjunto de militares que permanece de serviço. Quando há sobreaviso ou regime de prontidão, fica o quartel inteiro. Então, tem que ter lugar para dormir, roupa de cama, alimentação, transporte. E essas verbas nem sempre vinham no volume desejado e necessário.

Nós tínhamos todo um trabalho de convencimento dos setores ligados ao assunto, para obter os recursos. Esses setores eram: primeiro, os ministérios da Fazenda e do Planejamento; depois, o Congresso, para que as comissões não fossem colocar na peça orçamentária programas que não estavam na nossa linha de continuidade administrativa. Os ministérios militares se caracterizam, ao contrário de outros ministérios, por uma linha de continuidade administrativa. No meu discurso de posse, enfatizei muito isso. Os programas da Aeronáutica duram 20, 25 anos. E há continuidade administrativa porque os altos comandos são os mesmos, de administração para administração. Fui membro do alto comando do ministro Moreira Lima, e o meu alto comando foi o mesmo do qual fiz parte. Então, os programas atendem a uma conceituação da força. O programa Dacta, por exemplo, de defesa e controle de tráfego aéreo, vem ocorrendo desde 1969.

A questão orçamentária, para nós, era muito importante. Era preciso ter uma presença muito grande dentro do Congresso. As providências que tomei no Ministério da Aeronáutica foram, basicamente, em duas áreas: elevamos de coronel para brigadeiro o nível da assessoria parlamentar e criou-se uma equipe de cinco assessores militares, chefiados por esse brigadeiro. Todos oficiais da reserva, inclusive o brigadeiro, para que a gente não tivesse que trocá-los de dois em dois anos. Esse conceito foi mantido até hoje.

Atuamos também no serviço de relações públicas. Elevou-se a chefia do nível de coronel para o de brigadeiro, dando mais prestígio à função. Eventualmente isso muda, cai para coronel, mas a função está programada para um oficial-general. O porta-voz do ministro, sendo um general, tem mais vivência, mais experiência, mais traquejo, inclusive junto à mídia. Fui ao *Bom dia, Brasil*, ao Jô Soares, à Marília Gabriela. Tínhamos a preocupação de prestar contas à nação daquilo que era feito, dos projetos que a gente queria defender e por quê. Quer dizer, havia consciência de que

era necessário tornar mais transparente o que ocorria dentro das Forças Armadas.

E havia as “vivandeiras” dos quartéis, na expressão de Castelo Branco?

Sempre há. Mas preciso ser honesto e justo. Não houve, de minha parte, pelo menos, nenhum exemplo explícito, à exceção de duas oportunidades, que eu prefiro não abordar porque são, ainda hoje, episódios de alguma nebulosidade para mim. Houve duas oportunidades em que se tentou criar um envolvimento com os ministros militares. O personagem que tentou fazer isso é clássico da história brasileira. Mas ainda não me sinto à vontade para falar disso.

Mas era alguma coisa na direção contrária ao processo de impeachment ou no sentido de apressar o desfecho? Pensou-se em uma saída à Fujimori?

É, uma coisa assim na linha Fujimori. Mas não necessariamente com o presidente, entende? Foi uma coisa nebulosa. Mais sondagem que proposta. A crise começou a se configurar mais significativamente no Brasil, primeiro, com o confisco da poupança, que gerou uma insatisfação no país inteiro. Aquele ato, o país engoliu, o Congresso engoliu, como prova de busca de soluções para o país. Lembrem-se que aquilo tudo foi aprovado pelo Congresso, um Congresso livremente eleito, que aprovou aqueles atos de violência financeira porque acreditava que era preciso conduzir o país numa direção firme e acreditava no presidente. Mas desagradou a meio mundo, principalmente quando, mais tarde, se soube que alguns foram privilegiados.

A imagem do presidente pretendia ser a de um grande caçador de marajás: contra a corrupção, contra isso, contra aquilo. Quando foi acusado, justa ou injustamente — não quero entrar num conceito de valor —, de atos que significavam o aproveitamento de recursos públicos; quando aquilo tudo foi apresentado como um conluio de Máfia, do qual o presidente seria o grande dirigente, tudo isso gerou um estado de revolta e de insatisfação. Perdeu-se o controle. Como um carro ladeira abaixo, sem freio. Quem dirigia aquilo, na ocasião, era o Ibsen Pinheiro, que tentava apenas impedir que o veículo batesse nas árvores e nos postes. Ou seja, que não se adotasse uma linha fora da lei. E nós, militares, nos reuníamos, acompanhávamos passo a passo aquele processo, e, embora alguns episódios sugerissem que alguma coisa devia ser feita, ninguém propôs nada de concreto. Mas parecia que alguma coisa deveria ser feita para frear aquele movimento, para impedir a distorção dos fatos. Surgiam sugestões e nós abandonávamos...

Não quero ser injusto com ninguém, imaginar que alguém tenha proposto que a gente fechasse o Congresso ou que a gente fizesse do presidente o grande líder nacional, com censura. Não houve nada disso. Mas é claro que nós nos reunimos e pensamos no que fazer. Até onde ia esse processo. E sempre concluímos que havia necessidade de acompanhar o processo. Primeiro, não interferindo nele, enquanto ele se mantivesse dentro da lei e da ordem; e, segundo, mantendo a tranqüilidade dentro das Forças Armadas, para que radicais não surgissem, nem de um lado nem do outro. E isso foi feito. Nós fomos felizes nessa ação de reunião periódica das forças, para dar explicação aos oficiais, pedir que chamassem os comandantes, mantivessem os comandantes informados. Sempre foi uma preocupação de, acompanhando o processo, manter a força coesa, disciplinada, à margem do processo político.

Vinham da tropa sinais de inquietação?

Alguns oficiais-generais eram mais extremados. Havia os que queriam, inclusive, que a nossa participação fosse mais intensa no Congresso, até para tirar o presidente. Esses radicais eram muito poucos, eu teria até dificuldade de nomeá-los. Mas, na realidade, estava todo mundo perplexo.

Do momento em que surgiram as primeiras denúncias até o dia do impeachment, houve um movimento crescente de apresentação de indícios de irregularidades no governo. Os senhores perceberam logo que havia fogo, que não era só fumaça?

Deixe-me descrever o processo. Na primeira fase nós tínhamos vontade — e fui instrumento disso, algumas vezes — de exigir respeito ao presidente. Tudo pode ser questionado, perguntado, investigado, mas era evidente que havia os segmentos políticos radicais, que odiavam a imagem do presidente — na linha da CUT, do PT, à forra da derrota recebida —, que eram desrespeitosos até na crítica. Aquilo nos incomodava, porque não combina com o perfil do militar, que é habituado a respeitar a imagem do comandante.

No começo eu achava — e conversávamos entre nós — que havia um exagero, uma distorção. Por exemplo, o negócio da Fiat Elba, que o presidente comprou, por Cr\$20 mil. Fizeram isso comigo também, com a minha casa. Eu morava numa casa de padrão comum, que era da Aeronáutica, e que foi apresentada como uma mansão: tiraram fotografias num certo ângulo, de modo a que o muro parecesse maior. Quer dizer, aquilo era má-fé. E fizeram isso também naquela famosa reportagem sobre a

cachoeira da Casa da Dinda. Conheço a Casa da Dinda, por dentro: era uma cachoeirinha pequena, mas na foto parecia um negócio faraônico, das mil e uma noites. Então, a gente sabia que algo daquilo estava sendo fabricado, que o processo estava sendo conduzido de maneira a radicalizar, a criar uma dificuldade para o presidente. Depois, os fatos foram se confirmando, o número de exemplos foi crescendo, alguns que a gente, inclusive, sabia que não eram bem assim como estavam sendo apresentados pelo presidente. Isso foi-nos dando mais cautela no acompanhamento do processo e, no final, a convicção de que era necessária uma isenção total. Acho que a coisa começou pequena. O que se dizia, na ocasião, é que todo o problema tinha nascido em Maceió, com o jornal da família, que era administrado pelo Pedro, ao qual o PC tinha decidido fazer concorrência. O PC, realmente, no período de governo, se mantinha discreto, embora a gente soubesse de suas andanças. Chegavam a nós alguns boatos sobre sua atuação.

Chegavam como? Através dos órgãos de informações das Forças Armadas?

Às vezes, através das Forças Armadas, às vezes, através de depoimentos de empresários, que tinham contato periódico com a gente, às vezes, por amigos de empresários, que tinham ouvido empresários contarem histórias da atuação do PC. Mas toda vez que uma situação dessas chegava para um de nós, imediatamente, perguntávamos: “Quem foi? Que dia? Dá para botar isso num papel?” “Não, não dá para botar no papel; nós não temos prova, ninguém tem prova.” Então, aquilo criava um estado de desconforto, embora não caracterizasse ato de governo.

O presidente tinha um grupo dele, que frequentava sua casa. Era o famoso “Grupo de Pequim”: Pedro Paulo Leoni Ramos, secretário de Assuntos Estratégicos, Renan Calheiros, Luís Estevão, Paulo Otávio — esses dois não eram membros do governo, mas eram atuantes na área política, em Brasília. Esses eram o *petit comité*. O Ricardo Fiúza se aproximou do presidente no final do governo, e o general Agenor, que era o chefe do Gabinete Militar, tinha um contato permanente com o presidente e nos mantinha razoavelmente informados do estado de espírito do presidente com relação a certos assuntos. Mas o presidente não era um condutor de equipes. Não sabia formar uma equipe, tinha um grupinho particular. Ele nunca reuniu os ministros, informalmente. E nós cobrávamos isso dele: “Presidente, está na hora de fazer um churrasco, domingo de manhã, todo mundo de calça *jeans*, a gente com um copo de cerveja na mão. O sr. vai ouvir coisas, vai saber coisas, isso é importante”. A gente faz isso na vida militar. Periodicamente, os subcomandantes e o escalão do meio são

reunidos à nossa volta; deixa beber um pouco de cerveja, de chope, que saem informações que são importantes para se avaliar o estado real da tropa, da unidade.

Então, havia muitas coisas que a gente não conseguia dizer ao presidente, porque ele era um homem de difícil relacionamento. Era um homem que falava muito e ouvia pouco. Às vezes, a gente queria transmitir uma imagem: “Presidente, não é assim...” E ele: “Não, eu vou fazer diferente, vou fazer por isso etc.” Nos despachos, a gente sabia que havia uma fila de gente esperando; não era lugar para uma conversa que pudesse se prolongar. A gente tinha dificuldade de relacionamento com ele.

À medida que o processo do impeachment foi avançando, Collor não procurou ser mais simpático, se aproximar dos ministros militares, conversar?

Sim! Quando o processo do *impeachment* estava bem acelerado, houve o churrasco na Casa da Dinda, quando se reuniu uma série de ministros, políticos e artistas. Ele gostava muito de fazer aquele “governo mirim”, um governo de crianças, onde cada criança respondia por um ministério. Uma patuscada! E botava os ministros ao lado, para participarem disso. Aquilo enchia a gente. Aquele negócio de você ir para lá, para ouvir um garoto falar de Aeronáutica, o que o Ministério da Aeronáutica tinha que fazer e o que não tinha, aquilo tinha um apelo de marketing puro. Não conquistava o respeito nem a devoção dos seus ministros. No final, nos últimos dias de governo, ele pediu socorro a São Jorge, quando chamou os três ministros militares para dizer que aquilo tudo era uma grande injustiça e perguntar o que a gente podia dizer. Dissemos que o processo democrático às vezes não era justo, às vezes era doloroso, mas que nós achávamos que o Brasil precisava que o processo democrático prosseguisse na linha que vinha adotando. Ele ouviu isso com todas as letras.

O sr. acha que ele tinha alguma expectativa de que os srs. pudessem fazer outra coisa?

Eu poderia ser injusto se dissesse que achava que ele tinha vontade, mas creio que no final do processo essa esperança surgiu nele. Acho que ele tinha curiosidade de nos ouvir a esse respeito. Porque, até aquele momento, a nossa posição tinha sido de absoluta neutralidade. A posição íntima dos ministros militares era de respeito ao processo democrático. Mas nós nem declaramos isso. Nós nos declaramos afastados do processo. Nossas declarações eram todas no estilo: “a área política não é a nossa”.

Os senhores não chegaram a sugerir a ele a renúncia?

Não. Nem renúncia nós sugerimos. O general Agenor sugeriu e foi repellido.

Mas, e quando ele reunia o ministério todo? Ele não ouvia o que o ministério tinha a dizer, em relação aos fatos?

Não lembro de nenhuma reunião em que ele quisesse levar ao ministério seu problema pessoal. Ele, às vezes, soltava algumas explicações, mas sem debater o assunto; nunca permitiu debater o que estava acontecendo. A única coisa que fez foi chamar os três ministros militares, juntos, e dizer que o processo estava sendo injusto com ele, que não era nada daquilo, que a vontade popular estava sendo desrespeitada, que era uma exorbitância do Congresso e que queria nos ouvir. E nós tínhamos nos reunido antes de ir lá...

No início do governo, Collor, a exemplo do que fez ao extinguir o SNI, deu indicações de que pretendia também extinguir os órgãos de informações das Forças Armadas?

Se a minha memória não falha, não registro nenhuma tentativa, por parte do presidente, de interferir nas Forças Armadas, em relação à área de inteligência. O que nós, ministros militares, fizemos logo no início do governo foi depurar, no serviço de informações, o componente ligado à atividade política. Todos os ministérios tinham um setor de informações que funcionava vinculado ao sistema central de informações, o SNI. E os órgãos de informações militares eram, vamos dizer, satélites, embora com mais independência e, evidentemente, com muito mais liberdade que o dos ministérios civis. Mas, de certa forma, eram parte do sistema e se vinculavam, se inter-relacionavam com o sistema de informações. Ao longo do tempo, houve toda aquela distorção de penetração do sistema de informações na área política, sindical, estudantil. Em suma, o que era inicialmente programado para fazer coleta e análise de informações, e produzir ao final uma informação legitimada, tornou-se intensa atividade operacional.

Quando o sistema foi mutilado, quando o SNI foi desativado, os órgãos militares permaneceram com os seus serviços de informação, até porque o serviço de informação militar tem objetivos bem diferentes dos objetivos políticos. O serviço de informação militar existe para produzir conhecimento das atividades militares. Por isso tivemos a preocupação, no início do governo, de redimensionar o nosso serviço, primeiro ado-

tando, logo, o nome moderno da atividade, que é “inteligência”. Então, o Centro de Informações da Aeronáutica virou Centro de Inteligência da Aeronáutica. Uma modernização e um redimensionamento.

Isso aconteceu também na Marinha, no Exército, e não sei informar com precisão o quanto de monitoração política existiu nessas forças. Na Aeronáutica, tivemos a preocupação de reverter integralmente à área militar, trocando chefes, usando gente qualificada, gente formada, que se graduou na análise de dados de cada atividade. Havia, sim, uma decisão do governo de afastar a informação militar do cenário interno do país. Isso vinha sendo feito desde o governo Sarney, mas a mudança foi mais brusca no início do governo Collor. Quer dizer, o que não havia sido feito ainda, foi feito naquela ocasião, de uma vez só. As diretrizes foram muito claras, explícitas, abandonando qualquer pretensão de controle estudantil, sindical ou político. Na área da Aeronáutica, pelo menos.

Deixe-me fazer um comentário. As comunidades reagem, às vezes, de acordo com as leis da física. Na física nuclear, só se tem energia depois que o núcleo foi saturado. As corporações também reagem assim. Só a partir da saturação de uma idéia começa-se a ter respostas claras. A atividade militar de informações foi-se descaracterizando em consequência da conjuntura política que vivíamos e atingiu um ponto em que ninguém mais estava satisfeito. Ninguém tinha, talvez, a capacidade de indicar qual seria o novo caminho, mas estava todo o mundo insatisfeito com os caminhos trilhados. Por isso foi possível fazer essa transposição da área política para a área da informação militar.

Eu diria que não foi difícil para a Aeronáutica fazer isso. Sempre havia alguns que não percebiam que o momento era de mudar. Mas a corporação, como um todo, tinha consciência disso. Não encontrei dificuldade nenhuma dentro da Aeronáutica para limpar arquivos, voltar às atividades de inteligência e abandonar as de operações.

Informação militar não tem nada a ver com política partidária. Mas como, historicamente, as Forças Armadas brasileiras estiveram integradas em todos os movimentos políticos havidos no Brasil, desde o tempo do Brasil Império — a tal ponto que o primeiro tribunal criado no país, em 1808, foi o Tribunal Superior de Justiça Militar —, essa presença junto ao segmento político sempre foi muito viva. Então, quando de repente descobre-se que o país cresceu, amadureceu, já tem força para caminhar sozinho na direção de um sistema transparente, democrático, é difícil imaginar que todos os homens fardados do Brasil possam, ao mesmo tempo, aceitar isso.

Já registrei para vocês que nós, ministros militares, nos reuníamos com muita frequência, que nossa posição era de afastamento. À medida que o processo foi caminhando, nossa convicção foi-se fortalecendo. Houve um momento, inclusive, em que esse ministério chamado “dos notáveis” se reuniu para discutir se haveria renúncia coletiva — havia ministros que aceitaram, *a priori*, a culpa do presidente e não queriam continuar no governo. Nessa reunião ministerial, foi feito como que um acerto de que nós, em benefício da “governabilidade” — o termo foi, inclusive, vazado na ocasião —, nos comprometíamos, por escrito, a permanecer nos cargos até o final do processo, qualquer que fosse. Nós nos autoproclamamos condutores da governabilidade. O que é um dado político importante, porque, nesse momento, o presidente havia perdido as rédeas de comando. Ele, talvez, não tenha percebido a profundidade da crise. Mas ele, que era um homem afirmativo, determinado, nesse momento se encolheu. E nós, ministros, tivemos certa liberdade de conduzir o processo.

Num momento confuso como esse, uma informação de qualidade é um bem precioso.

Não quero falar pelo Exército, nem pela Marinha. Pela Aeronáutica, posso dizer que não havia a intenção de buscar informação política. Sabíamos que a tentativa de capturar uma informação mais íntima, nessa área, estava sujeita a uma distorção, a uma exploração desfavorável, até perigosa. Evidentemente, detalhes de informação chegavam até a gente. Nós tínhamos um Gabinete Militar funcionando na presidência, e havia uma série de oficiais que conviviam no dia-a-dia com o presidente. Então, havia sempre detalhes sobre a vida no palácio e até sobre a intimidade doméstica do presidente.

Por outro lado, a imprensa nunca foi tão invasiva como nesse período. Houve até uma matéria sobre uma missa negra na Casa da Dinda.

Exatamente. Houve uma troca de agentes. O agente do serviço de informações passou a ser o repórter. Foram dias ricos de emoção.

Depois do impeachment, como foi a saída, o apagar das luzes?

A saída foi lastimável, porque tornou-se impossível conter a massa conduzida à frente do palácio — estudantes, sindicalistas e populares, estimulados por lideranças políticas radicais, que praticamente invadiram o Palácio do Planalto e vaiaram o presidente. O presidente saiu, dirigiu-se ao helicóptero, e nós, ministros — acho que nem todos, mas mui-

tos — o acompanhamos. A partir daí ele passou a ser um cidadão, na busca de seus direitos, sem nenhum vínculo com nenhum de nós. Pelo menos comigo.

Nessa reunião final, ele não se despediu, não teve nenhuma reação mais expressiva?

Não. Assinou os atos de dispensa dos ministros. Fez questão de fazer um ato dele, demitindo todos os ministros. Nós não éramos demissionários, éramos demitidos. Mas nós, demitidos, continuamos na função, aguardando a definição do novo governo que se instalava, porque o presidente Itamar pediu quatro ou cinco dias para assumir. E o Congresso negou: “Vai assumir já, hoje”. Então, houve um momento de transição, de alguns dias, em que nós conduzíamos os assuntos, na qualidade de ministros demitidos mas ainda ministros, já que não tínhamos passado as funções. Alguns dias se passaram e eu, especificamente, cobreí do presidente Itamar uma definição. Porque era uma situação desconfortável para quem estava na função. Ou éramos reconduzidos ou éramos dispensados. E tomamos conhecimento, numa manhã, de que o presidente iria confirmar nossa continuidade no governo. O que eu achava uma inconveniência. Eu achava que, tendo em vista tudo o que ocorrera, nenhum ministro militar deveria continuar, sob pena de parecer que havia vinculação com o governo anterior ou tutela sobre o novo governo. Na minha opinião, os ministros militares estavam impedidos de prosseguir. Mas isso era a minha opinião. E também não saía apregoando. Eu comentava isso com o Flores e com o Tinoco, que eram minhas contrapartes nesse diálogo.

Mas, em outro dia, o presidente Itamar nos pediu, a mim e ao ministro Flores, para irmos ao palácio para um encontro. Não chamou o ministro Tinoco, porque eu e o ministro Flores tínhamos, talvez, mais intimidade com ele. Eu tinha toda intimidade com ele, chamava de Itamar, ele me chamava de Sócrates, porque tínhamos um relacionamento de 20 anos. Conheci o Itamar quando ele era prefeito eleito, em Juiz de Fora, e eu era tenente-coronel, chefe de uma divisão de tráfego aéreo, na antiga Diretoria de Rotas Aéreas, no Santos Dumont. Ele foi me procurar, pedindo um radiofarol para o aeroporto de Juiz de Fora. E depois de duas horas de conversa, eu mostrando que nós não tínhamos dinheiro, não tínhamos equipamento, que havia outros aeroportos mais necessitados, ele aceitou minha argumentação: a prefeitura se comprometia a botar os equipamentos, e nós íamos dar orientação técnica. E ficamos com um relacionamento muito bom. Ao longo do tempo, a gente, eventualmente, se encontrava, até que o encontrei vice-presidente, e eu, ministro.

Ele nos chamou ao palácio para dizer que, avaliando a conjuntura política com seus conselheiros e amigos, lamentava muito, mas achava que não era conveniente a nossa permanência no governo, com o que nós concordamos, na hora. Nos convidou para participar do governo em outras funções. Agradei, disse que precisava de um tempo, mas que não recusava apoio ao governo dele. Meu pai estava doente no Rio, nessa ocasião, e eu queria também um tempo para me desvincular de minha presença no ministério.

Ele, então, me consultou sobre a indicação do novo ministro, brigadeiro Lôbo, ex-chefe do Estado-Maior, que há pouco havia assumido a presidência da Infraero e que era o meu indicado para os contatos com o vice-presidente. Porque, quando o presidente e o vice-presidente entraram em rota de colisão, ao longo do governo, eu não queria, como ministro, interferir na polêmica. Então, o elemento da Aeronáutica que ficou orientado para acompanhar o vice-presidente, esclarecê-lo e informá-lo de tudo, foi o chefe do Estado-Maior, o brigadeiro Lôbo. Daí essa aproximação grande do brigadeiro Lôbo com o vice-presidente Itamar. Disse que era uma escolha adequada e ele me encarregou de fazer o convite. Nessa mesma ocasião ele disse: “Então, está tudo resolvido. Você vai para a Infraero, e o Lôbo vai para o Ministério da Aeronáutica”. Agradei, mas declinei a oportunidade, porque achava que um ministro militar, naquela ocasião, precisava se preservar um pouco.

Como a oficialidade da Aeronáutica viu esse processo? O sr., como ministro, se preocupava em saber o que os quadros da sua corporação pensavam?

Sempre. Até porque muita coisa a gente não sabia. Quem menos sabe é o ministro, porque os que pensam diferente não lhe contam nada. Então, se o ministro não tiver muita cautela, só recebe informações favoráveis e positivas e pode até julgar que a totalidade pensa assim. Até onde pude detectar, havia uma espécie de incredulidade porque nos parecia que as negativas do presidente não eram muito claras, eram enroladas, como, por exemplo, aquele empréstimo no Uruguai. Em suma, não ficava muito claro para nós a inocência do presidente. Havia um certo desconforto. Então, não tivemos, nas Forças Armadas, nenhuma dificuldade em mantê-las afastadas do processo. Ao contrário, até visualizei que teria muita dificuldade se quisesse engajar a Aeronáutica a favor do presidente. A nossa posição era de perplexidade, de acompanhamento cauteloso. Todo mundo ficou estupefato. Acho que se houvesse uma convicção nacional firme de que o presidente era inocente, nós certamente teríamos discutido a conveniência de fazer alguma coisa. Mas não houve.

Gostaríamos de retomar a pergunta sobre as “vivandeiras”. O sr. disse que houve dois episódios nebulosos em que pessoas foram sondar ou propor coisas. Não sei se o sr. quer falar mais a respeito...

A obrigação de vocês é perguntar. O que eu posso dizer é o seguinte: houve um momento em que, numa reunião de *petit comité* no Gabinete Militar da Presidência, estavam os três ministros militares, o chefe da Casa Militar e três ou quatro lideranças políticas. Lembro que o ministro Ricardo Fiúza e o ministro Jorge Bornhausen estavam presentes. Discutiu-se a situação do presidente, concluiu-se que a situação estava perdida, politicamente, que o presidente não tinha saída e que a melhor saída para ele era ele renunciar e encerrar o processo, tornando menos doloroso para o país e para ele os dias futuros. Discutiu-se como levar a ele a proposta...

É bom vocês ouvirem o general Agenor. É talvez o homem mais conhecedor dos meandros internos da Presidência durante todo esse período. Ele se dedicou integralmente à atividade e teve que conquistar uma posição de respeito dentro do palácio, pelo fato de ser fardado. Naquele começo de governo, os fardados do palácio eram colocados numa posição secundária. Essa foi uma das razões pelas quais o presidente, como pessoa, não conquistou a admiração das Forças Armadas. O general Agenor levou ao presidente a nossa proposta de renúncia e foi repellido com veemência e até com agressividade. O Collor respondeu mais ou menos o seguinte: “Eu quero um general para me ajudar na batalha, não quero alguém para me indicar a rendição”. E se afastou do general Agenor durante uns dias. Isso aconteceu, talvez, uma semana antes da renúncia. Essa nossa reunião em *petit comité* lá no Gabinete Militar foi pouco comentada pela imprensa.

Outro evento nebuloso é que uma determinada figura histórica do Brasil, uma personalidade que não cito o nome porque suas razões não me ficaram claras, nos procurou como ministros militares, questionando que tipo de atuação nós imaginávamos ter. E discutiu, inclusive, a conveniência do afastamento do presidente pelos militares, da posse do vice-presidente. Essas idéias foram imediatamente repelidas. Nós estávamos absolutamente dispostos a não nos engajarmos em nenhuma ação para obter resultados políticos, tipo o 11 de novembro de 1955. Se acontecesse, seria contra a nossa vontade e sem o nosso comandamento. Isso era assunto decidido entre nós. Mas essa figura nos procurou e tentou mostrar que a gente devia acompanhar o assunto. Não houve uma proposta concreta de “façam isso” ou “façam aquilo”, mas de engajamento: “É pre-

ciso que vocês se reúnam, é preciso que vocês discutam o assunto, é preciso que vocês encontrem saídas. Nós não podemos deixar esse processo continuar, o país não pode mais sofrer”. Era uma figura histórica, e confesso que na ocasião não entendi nada. Só depois fui perceber que nós podíamos estar sendo envolvidos em alguma coisa mais complexa.

Era uma figura histórica da oposição?

Era uma figura histórica que vem do tempo de Getúlio Vargas. O Flores ou o Tinoco podem dar mais detalhes, se quiserem. Acho que seria leviandade minha, nesse momento, citar nomes, buscar coisas que não chegaram a se caracterizar, que foram tão cautelosas. É como alguém que quer sondar para alguma coisa que você sabe que não deve ser feita, mas não propõe explicitamente nada. Coloca as coisas como quem quer saber se você está realmente ciente da sua responsabilidade, de seus compromissos.

E uma solução à la Fujimori, alguém chegou a propor?

Que eu me lembre, não. Porque, na realidade, o tumulto político que o país atravessava era por culpa do presidente. Não havia convicção da inocência dele. Esse é o grande motivo para explicar uma porção de coisas. As acusações eram firmes, fortes.

Na formação militar, o aspecto moral é muito enfatizado. Além do aspecto político, havia algo também no plano moral a respeito da figura pessoal do presidente?

Nós estávamos cobertos de dúvidas sobre o comportamento ético dele. Havia uma lealdade funcional, mas havia uma tremenda insegurança pessoal em relação à pessoa física do presidente. As coisas foram explodindo, explodindo e nós éramos surpreendidos a cada dia com a imprensa, com uma coisa nova, com uma resposta que nos parecia não convincente.

E o episódio do buraco da serra do Cachimbo? Como afetou o relacionamento de Collor com os militares?

O presidente era mestre na arte de usar qualquer evento que pudesse lhe render dividendos políticos. Era um marqueteiro de primeira. Um homem muito inteligente, muito preparado, mas com uns *handicaps* que fica difícil a gente entender. No começo do governo, começaram a ressurgir notícias na imprensa sobre a existência de um buraco no Cachimbo

para fazer explodir um artefato que a imprensa chamou de bomba. Aquilo não é bomba, o que a Índia e o Paquistão estão estourando não é bomba, são artefatos nucleares, mas bomba é um estágio depois daquilo. Mas, de qualquer maneira, a imprensa começou a abordar esses assuntos, e a gente vivia pressionado porque era surpreendido a cada momento com uma coisa diferente. E, como o Campo do Cachimbo é da Aeronáutica, eu me interessei pelo assunto, pois não conhecia nada. Fiz todos os cursos da força, desempenhei as funções mais importantes na força, assumi o cargo de ministro e não sabia nada do projeto de Cachimbo. Houve um período, inclusive — no tempo do Délio —, em que o projeto, dirigido pelo brigadeiro Piva, foi conduzido com o desconhecimento do próprio ministro da Aeronáutica. O projeto era fruto daquele período em que a área nuclear era muito fechada.

Chamei o setor que conduzia os trabalhos, o pessoal do CTA, e perguntei: “Que negócio é esse de buraco lá no Cachimbo. Tem ou não tem?” No primeiro momento, me disseram: “Não tem nada, isso é onda da imprensa”. Depois: “Não é onda da imprensa, na realidade tem um buraco, sim, mas esse buraco está desativado há muito tempo, o projeto está parado”. O que era verdade. Mas o buraco existia, e eu me senti obrigado a ligar para o Flores e para o Tinoco, e dizer: “Preciso falar com vocês pessoalmente, agora”.

Os projetos nucleares da Aeronáutica e da Marinha começaram juntos. Mas depois houve discordância quanto ao processo do urânio: o almirante Othon era parte da equipe no CTA que estudava o processo de desenvolvimento do ciclo completo do urânio e defendia a tese da ultracentrifugação, que era um modelo clássico; já a Aeronáutica defendia o processo de enriquecimento a laser, que era um processo revolucionário, novo, pelo qual tínhamos conseguido atingir um estágio de 52% de enriquecimento numa primeira passada, o que era revolucionário. Então, havia duas equipes: o Othon foi para a Marinha conduzir os assuntos dele em Iperó, e a Aeronáutica continuou a pesquisar o enriquecimento por laser. Havia um grupo nosso que estudava o detonador do engenho e outro que estudava o local do teste, que era o tal buraco. A equipe do buraco foi a única que chegou ao final: fez o buraco, tampou, tudo direitinho.

Quando descobrimos isso, decidimos avisar o presidente e fomos, os três ministros militares, conversar com ele: “Presidente, a imprensa está dizendo isso, eu não sabia, mas descobri agora que é verdade. Há um buraco lá, está tampado”. E ele: “Vamos lá, depois de amanhã, com a imprensa, detonar o buraco”. E aí chamou a imprensa, foi lá, botou pá de

cal, mandou botar explosivo, aquela coisa toda, e levou os três ministros militares com ele. Aquilo desagradou profundamente às Forças Armadas porque poderia ter sido feito de uma outra forma, sem nos engajar no processo de rejeição da idéia. Nós fomos conduzidos na forma de elementos coibidos. “Vou lá fazer, vocês venham comigo, vou mostrar ao mundo, com vocês do meu lado, o que vai acontecer com o buraco que vocês fizeram.” Uma sensação de desconforto, desagrado, não pelo ato em si, porque realmente o projeto estava parado, mas pela forma, vamos dizer, de exibir a destruição do programa, quase que contra a vontade das Forças Armadas, quando não era essa a realidade.

Aquilo causou uma sensação de desconforto, até porque não havia projeto de fazer bomba, havia um projeto de detonar um artefato nuclear com o objetivo de estudar o comportamento dessa explosão no desenvolvimento do ciclo completo de enriquecimento do urânio. Essa era a idéia, inclusive porque o primeiro país que pleiteou a desnuclearização da América Latina foi o Brasil. O Itamarati pode comprovar isso oficialmente. O México levou o tema adiante, o que gerou o Tratado de Tlatelolco, que é mais rígido do que o TNP, embora permita explosões nucleares para fins pacíficos. Então, o governo brasileiro não fazia nada de mais em conduzir pesquisas destinadas a realizar um teste de um artefato nuclear, até porque havia uma emulação de competição com a Argentina, para ver quem fazia primeiro. Nós estávamos ganhando uma corrida. Mas não havia decisão de fazer bomba. Isso é importante registrar.

Detonou-se o buraco e, uma semana ou 15 dias depois, encontrei o encarregado do projeto do buraco. Era o então coronel Renato Costa Pereira: “Então, Renato, você conduziu o programa de preparação do buraco?” “É, mas o buraco que o presidente detonou não é o verdadeiro. O buraco verdadeiro continua lá inteirinho, guardadinho e tampadinho. O buraco que os senhores detonaram, para o mundo inteiro assistir, era o buraco que tinha desbarrancado, era um buraco falso, abandonado.” “Você tem certeza?” “Tenho.” Peguei o avião, fui lá, e estava lá o buraco guardado a uns 500 metros do outro. Era um buraco de um metro e meio de diâmetro, talvez, com 300 metros de profundidade, o tamanho do Pão de Açúcar em profundidade, feito com uma tecnologia própria, toda especial. Não é qualquer um que faz um buraco daqueles. Aí, corri para os outros dois ministros: “O buraco é outro. O que vou fazer? O ‘buraco era mais embaixo’, não é aquele! Quero ouvir vocês, mas vou procurar o presidente e avisar, não vou ocultar isso dele”. Ninguém sabe disso, é a primeira vez que se está falando nisso.

Mas por que foi detonado o buraco errado? Alguém, intencionalmente, quis preservar o buraco?

Não sei. Não quero ser injusto, não sei avaliar. Sei que fomos conduzidos ao buraco falso. Procurei o presidente imediatamente: “Presidente, o buraco, aquele que o sr. fez aquele carnaval, é falso”. “O quê?!” “O buraco verdadeiro continua lá guardadinho, tampadinho, preservado com lama asfáltica até em cima.” E ele: “O que o sr. sugere, ministro?” “Eu sugiro que o sr. não diga nada, não faça nada e deixe o problema comigo. Vou detonar o buraco verdadeiro.” Aí, encontrei alguma dificuldade dentro da força, mas foi feito. O próprio presidente Collor me perguntou na ocasião: “Não é melhor deixar como está e a gente esquecer o assunto?” Acho que ele, nesse momento, teve consciência de que mexer naquilo podia ser complicado politicamente. E eu respondi: “Não, nós vamos detonar o buraco, porque não tenho confiança nenhuma em manter secreto um buraco daqueles, pois aquilo foi feito por gente, por engenheiros, e amanhã um engenheiro desses ingressa no PT, e o PT resolve me pegar na esquina, sai a fotografia do buraco verdadeiro, e o sr. fica mal perante o mundo. Vamos detonar esse buraco reservadamente”. E assim foi feito.

O sr. disse que foi difícil dentro da força. Por que as pessoas não queriam detonar o buraco?

Lembre-se de que não havia ainda Mercosul, não havia uma consciência militar de que o processo nuclear realmente estivesse contido, até porque a posição oficial do governo brasileiro através do Itamarati era a de não-adesão ao TNP. Só com Fernando Henrique é que fomos aderir ao TNP, que engajou 95% dos 190 países da ONU. É um tratado discriminatório, violento, arbitrário, mas engajou o mundo no processo de contenção da proliferação nuclear. E o Brasil, em nome de um princípio doutrinário, ético, de igualdade de oportunidades, acabou ficando na companhia de Cuba, Iraque e Coréia do Norte, um grupo de países considerados não-confiáveis na área nuclear. Depois se viu que era bobagem, já que tínhamos aderido ao Tlatelolco. Mas enquanto não aderíssemos ao TNP, enquanto a gente tivesse obediência apenas ao tratado de Tlatelolco, que permitia explosões, continuavam aqueles que achavam ser importante ter o material enriquecido, ter o processo de deflagração por espoletagem desenvolvido, ter o local do teste. Aquilo foi resultado de um esforço científico muito grande, e as pessoas não queriam abrir mão. O mesmo ocorreu com o projeto Condor, de que a Argentina teve que se desfazer

publicamente enquanto o chanceler Di Tella proclamava as relações carnavais do governo argentino com o governo americano.

O sr. acha que essa resistência dentro da Aeronáutica tinha um aspecto estratégico de defesa?

Era mais um esforço científico. Na minha avaliação, era absolutamente irrelevante manter-se ou não o buraco. Porque buraco é tecnologia, e nós tínhamos as máquinas, tínhamos os engenheiros, sabíamos como fazer. Então, se não havia programa nuclear, não havia necessidade de manter o buraco escondido. E se a gente amanhã decidir mudar o programa e precisar fazer o buraco outra vez, a gente sabe onde e como fazer. Então, manter o buraco, com o risco de uma exploração, era totalmente inconveniente. De maneira que estourou-se o buraco. Se amanhã a gente quiser, faz outro.

Durante seu período à frente do ministério, qual foi a sua maior dor de cabeça, o que o incomodou mais?

É difícil dizer, várias coisas incomodaram muito. Como o processo que a imprensa adotou em relação aos ministros e à administração pública, um processo quase de linchamento. Às vezes, somos surpreendidos com falhas dentro do ministério que não deviam existir, mas existem. E os ministros são apanhados naquela posição desconfortável. Sempre fui muito falante, então não delegava a ninguém a tarefa de encontrar com a imprensa, explicar, detalhar. Por isso, também, quando havia acusações, a coisa vinha direto em cima de mim, era o Sócrates o personagem preferido. Talvez, como eu era o mais falante dos três ministros militares, eu era, vamos dizer, o alvo preferido, o *spot*, e algumas coisas incomodaram, irritaram.

O sr. sentiu esse “linchamento da imagem” em que situações?

Nesse problema da casa, por exemplo. Os repórteres invadiam os fundos da minha casa, onde havia um gramado que era área *non edificandi* — o terreno onde a casa está situada tem 20x40m. Uma revista dominical publicou meu retrato na primeira página: “Marajá do ar”. Essas coisas machucam quando a gente tem a convicção de que está tentando fazer o melhor, que não fez nada de errado, de imoral. Pode ser até, e eu reconheço isso, que algumas normas com que a gente convivia vinham de um tempo de facilidades que as autoridades de Brasília desfrutavam, como desfrutavam até hoje. Realmente, as casas são muito confortáveis, não precisavam ser tanto. Mas quando alguém é apanhado para cristo, se esse alguém tiver um pouco de sensibilidade, se aborrece. E a mim aborreceu.